Da conservação ambiental restrita à etnoconservação no Brasil: uma mudança de paradigmas na relação sociedade / natureza?

Strict nature protection towards ethnoconservation in Brazil: are the paradigms of nature-society relationship changing?

FLEURY, Lorena Cândido. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR/ UFRGS. lorena.fleury@ufrgs.br; BORBA, Carolina dos Anjos. PGDR/ UFRGS. carolzinhadosanjos@gmail.com

Resumo: Cada vez mais se questiona a eficácia das áreas naturais protegidas como ferramentas de manutenção da biodiversidade e, principalmente, sobre como relacionar os objetivos conservacionistas com o respeito e a manutenção da sociodiversidade. Esse debate, proeminente, com efeito, a partir da década de 1980, tem conduzido à elaboração de novos modelos e estratégias de conservação, inseridas no escopo do desenvolvimento sustentável. Este trabalho discute então os históricos da demarcação de áreas protegidas como estratégia de conservação, as implicações legais desse processo no contexto nacional, assim como o conceito de populações tradicionais, estritamente vinculado a esse novo paradigma. Conclui-se que, apesar de ser nítido que a discussão dos novos rumos de proteção da natureza ainda é polêmica, as perspectivas apontam para a inclusão de comunidades locais em uma gestão democrática do espaço, inerente ao desenvolvimento rural sustentável socialmente justo e ambientalmente correto.

Palavras-chave: etnoconservação, legislação ambiental, populações tradicionais.

Abstract: Much has been inquired about the efficiency of protected natural areas used as a tool to maintain biodiversity and questions are made on how to link biological conservation and social diversity maintenance. This debate, more prominent since the 1980's, leads to the elaboration of new models and conservational strategies, inserted in the scope of sustainable development. This paper presents the history of protected areas as conservational strategy, the legal implication of this process in Brazil's national context, as well as the concept of traditional people, which is strictly linked to a possible new paradigm of biological conservation with social diversity maintenance. One concludes that, although it is clear that this discussion about nature protection is still controversial, the new perspectives tend to include local communities in a democratic area management, inherent to a socially fair and environmentally correct rural sustainable development.

Keywords: ethnoconservation, environmental legislagtion, traditional people.

Atualmente, em grande parte do mundo, o principal instrumento para a conservação da biodiversidade é o estabelecimento de áreas protegidas, ou seja, a identificação e demarcação de algumas áreas do globo terrestre de relevante interesse ecológico como prioritárias para a preservação da natureza, mantendo-as sob regime especial de regulação.

Contudo, cada vez mais têm ficado evidente os limites desse modelo: incapacidade de abranger áreas proporcionais à escala dos processos biológicos, dificuldades na gestão e manutenção e, principalmente, incompatibilidades no convívio com as comunidades locais, devido ao fato de as unidades de conservação, quase na totalidade das vezes, significarem

restrições às populações que historicamente habitavam as regiões em que são implementadas.

A alternativa que vem sendo discutida para essa abordagem da conservação é a etnoconservação, perspectiva que defende que os processos geradores dos desequilíbrios ambientais têm origem no interior de diversas sociedades, nas formas como estas constroem, representam e manipulam a natureza (DIEGUES, 2000). Assim, a etnoconservação visa soluções para esses problemas na relação dessas diferentes culturas e sociedades com o meio natural. Essa “nova aliança entre o homem e a natureza” estaria então baseada, entre outros pontos, na importância das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas na conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos territórios que habitam, valorizando o conhecimento e as práticas de manejo dessas populações como uma das pilas de um novo conservacionismo.

Nesse contexto de debate e possível transição entre dois paradigmas da conservação, este trabalho se propõe a discutir as origens e limites do modelo de conservação fundamentado na demarcação de áreas protegidas. Discute também, no cenário nacional, em qual destes paradigmas se situa a legislação ambiental e quem são as populações tradicionais que estariam no centro de um novo modelo de conservação.

De acordo com BENSUSAN (2006), podem ser observadas duas razões principais na origem da demarcação de áreas naturais protegidas: a preservação de lugares sagrados e a manutenção de estoques de recursos naturais. As primeiras reservas com o objetivo de conservação e contemplação de paisagens naturais só foram criadas na segunda metade do século XIX. Alguns pesquisadores defendem que essa concepção de áreas de extrema beleza natural sem a presença humana é permeada pelos mitos judaico-cristãos de paraíso.

O primeiro parque nacional a ser criado com essa concepção foi o Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, no Estados Unidos. Desde então, esse modelo se difundiu pelo mundo, somando, consigo, diversos exemplos de conflitos, desintegração de comunidades realocadas de seus territórios devido aos parques, perdas culturais e conseqüências negativas para a biodiversidade. Assim, em meados da década de 1980, o debate sobre a relação entre populações e parques começa a ser ampliado e a ganhar maior projeção. Em 2003, essa projeção culmina no Acordo de Durban, elaborado no 5º Congresso Mundial de Parques, na África do Sul, fundamentando o compromisso da conservação da

biodiversidade em dois pilares, as áreas protegidas e as populações humanas. Esse acordo refletiu o estado-da-arte da conservação em áreas protegidas, revelando o quão importante tornou-se a questão das populações humanas e sua integração na gestão das áreas.

Todavia, no que diz respeito à presença humana no interior das unidades de conservação, o conflito, a expulsão, a realocação das populações, e o convívio difícil ainda têm sido a regra. Dessa forma, resguardando-se paisagens naturais para o lazer de populações humanas em detrimento das comunidades locais, beneficia-se exatamente as populações responsáveis pelo modelo predatório, e sacrifica-se as populações que conservaram o seu meio, reproduzindo um modelo altamente assimétrico de gestão do espaço.

Outro aspecto que merece ser destacado nas dificuldades da relação entre comunidades locais e as unidades de conservação é o rigor da legislação brasileira, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, para regular a situação das áreas protegidas.. Incorporando esse modelo excludente, e em muitos casos inflexível: mesmo quando a população comprovadamente não causa impactos, devido, por exemplo, à baixa densidade populacional, tem que ser retirada para o cumprimento da legislação.

Fruto de longos debates entre as perspectivas conservacionista e preservacionista, a lei do SNUC traz em si a heterogeneidade dessas idéias. Assim, a referida legislação estabelece Unidades de Proteção Integral, as quais admitem somente o uso indireto de recursos naturais, e Unidades de Uso Sustentável, devendo as últimas compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Ainda no grupo das Unidades de Uso Sustentável, apenas as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável foram especificamente destinadas a abrigar populações tradicionais e a proteger os meios de vida e a cultura dessas populações.

O projeto de lei que instituiu o SNUC procurou fornecer uma conceituação de população tradicional. Porém, esta definição não foi sancionada por considerar-se que “o conteúdo da disposição é tão abrangente que nela, com pouco esforço de imaginação, caberia toda população do Brasil” (SANTILLI, 2005, p. 126).

Pela falta de uma definição jurídica amplamente reconhecida sobre quem sejam as populações tradicionais, alguns dispositivos as conceituam de acordo com a necessidade da lei. Ressalta-se, porém, que as comunidades indígenas e quilombolas possuem status

jurídico diferenciado, não sendo permitido criar-se áreas protegidas que não viabilizem a maneira de vida dessas categorias, nem mesmo mediante indenização. Já no caso das demais comunidades tradicionais há possibilidade de reassentamento desde que sejam devidamente indenizadas.

Recentemente, as “populações tradicionais” passaram de povos atrasados a grandes exemplos do desenvolvimento sustentável / desejável, sendo situadas no centro de um novo modelo de conservação. Contudo, algumas questões parecem ainda não estar plenamente respondidas, principalmente no que se refere a quem são exatamente essas populações tradicionais, como ocorreu a associação entre populações tradicionais e conservação, e qual o seu compromisso efetivo com a conservação e a sustentabilidade.

Concluindo, parece nítido que a discussão dos novos rumos de proteção da natureza ainda é polêmica, mas aponta para a inclusão de comunidades locais em uma gestão democrática do espaço, sendo este um tema de significativa relevância para o desenvolvimento rural sustentável socialmente justo e ambientalmente correto.

Referências

BENSUSAN, N. Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 176 p.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (Ed.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000. p.1-46.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos - Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Petrópolis. 2005.303 p.